



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2013

(Do Sr. Rubens Bueno)

*Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize **fiscalização** em contratos do Ministério da Fazenda.*

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, X, art. 60, II e com o art. 61, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV, VII e VIII do art. 71 da Constituição Federal, requeiro que V.Exª se digne, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, a adotar as medidas necessárias para efetuar ato de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em todos os contratos, convênios ou instrumentos congêneres, firmados ou em vigor, de 2011 até a presente data, entre o Ministério da Fazenda e a empresa Partnersnet Comunicação Empresarial.

JUSTIFICAÇÃO

A revista Época traz em sua edição eletrônica de 14/11/2013 matéria dando conta de que o Ministério da Fazenda mantém com a empresa Partnersnet Comunicação Visual contrato irregular de prestação de serviços na área de assessoria de imprensa.

49FE606B36

49FE606B36



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Segundo denúncia da ex-secretária da Partners, Anne Paiva, ela própria distribuíra dinheiro vivo a dois assessores diretos do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, os senhores Marcelo Fiche e Humberto Alencar. O primeiro, chefe-de-gabinete do ministro, o segundo, chefe-de-gabinete substituto e fiscal do contrato.

A investigação da revista “descobriu evidências, nas últimas semanas, que reforçam a verossimilhança e a consistência factual do depoimento de Anne. Durante semanas, o Ministério da Fazenda negou-se a franquear acesso à íntegra dos documentos internos da Pasta sobre o contrato com a Partners, como ordens de pagamento e as prestações de contas da empresa. Em determinado momento, os documentos chegaram a ser retidos no gabinete de Fiche. A revista Época conseguiu cópia dos papéis somente depois de recorrer à Lei de Acesso à Informação. Os documentos, além de corroborar o que Anne contara, revelam fortes evidências de que o contrato é superfaturado e que, para receber além do que lhe é devido, a Partners fraudava a prestação de contas que apresenta todo o mês ao ministério. Há, ainda, indícios de que Fiche nomeou uma prima e uma ex-namorada para trabalhar como assessoras da Pasta. A facilidade com que a Partners extraía dinheiro da Fazenda demonstra, portanto, que sobravam razões para os pagamentos de propina narrados por Anne.”

Época afirma que possui “uma extensa documentação interna da Partners”, dentre os quais há e-mails, extratos de mensagens via Skype, comprovantes bancários, planilhas de pagamentos e cópias das prestações de contas da empresa ao Ministério da Fazenda. Tais documentos comprovavam que a Partners transferira altas somas para a conta de Anne e a orientara a entregar o dinheiro aos dois assessores de Mantega. “Numa das mensagens de Skype, datada do dia 4 de julho deste ano, Vivaldo pede a Anne para entregar R\$ 15 mil a Alencar. ‘Em Brasília, eu era o braço direito e esquerdo da Partners’, disse. ‘Servi de laranja por quatro vezes, para a empresa poder passar (dinheiro) ao chefe de gabinete do ministro’.”

Outro dado que reforça a denúncia de Anne Paiva são documentos que revelam que Humberto Alencar foi, com o aval de Marcelo Fiche, o idealizador da contratação de uma assessoria de imprensa para a Fazenda. Segundo a revista Época “em setembro do ano passado, ambos assinaram um ‘termo de referência’, em que argumentam que o serviço de assessoria de imprensa da Pasta, até então feito por quatro funcionários com cargos de confiança, precisava ser ampliado e profissionalizado, por causa da alta demanda da imprensa. Nenhum burocrata se opôs. Tudo transcorreu rapidamente. Em dezembro, a Partners venceu o pregão promovido pela Pasta, **mesmo sem apresentar seu balanço patrimonial**, como determinava o edital.” Em 2012 mesmo o Ministério da Fazenda assinou com a Partners o contrato de R\$ 4,4 milhões por um ano de serviço.

Além das irregularidades já citadas, a revista deparou-se com outras como: pagamento fixo por 4.200 trabalhadas por mês, ao contrário de contratos

49FE606B36

49FE606B36



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

semelhantes em que o governo paga pela mão de obra fornecida, o que chama à atenção, pois, a Partners contratou dez jornalistas que, segundo a prestação de contas, trabalharam 19 horas por dia (mês com 22 dias úteis); inclusão de maior número de funcionários na prestação de contas para justificar os valores pagos (de 13 subiu para 19), porém os “novos” jornalistas da Partners afirmam que jamais trabalharam nesse contrato, eram fantasmas.

Diante das gravíssimas irregularidades citadas acima, bem como pela urgência da atuação do TCU como órgão de controle externo, solicito a aprovação da presente PFC.

Sala das Sessões, de novembro de 2013.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR

49FE606B36
49FE606B36